

TCE-GO - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

23/10/2026

Sumário

1. TCE-GO dá 60 dias para Seduc apresentar plano de ação para educação antirracista

PORTAL TV10 - ARAGOIÂNIA - GO • site • tce-go
22/10/2026 13:25

TCE-GO dá 60 dias para Seduc apresentar plano de ação para educação antirracista

Visualizar notícia

Fonte original

Auditoria operacional revelou que materiais didáticos comprados não foram entregues aos estudantes, entre outras fragilidades

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) determinou à Secretaria de Estado da Educação (Seduc) a apresentação, em 60 dias, de um plano de ação para corrigir fragilidades no ensino antirracista nas unidades escolares da rede. A decisão foi aprovada por unanimidade pelo Pleno, em sessão de julgamento realizada na última quinta-feira (15/out), e é fruto de uma auditoria operacional instaurada em março deste ano na pasta do Governo de Goiás. O processo foi relatado pelo conselheiro Kennedy Trindade.

A fiscalização verificou o cumprimento do artigo 26-A da Lei Federal nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O dispositivo torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena na educação básica pública e privada. O texto, alterado nos anos de 2003 e 2008, estabelece que esses temas devem ser abordados “em todo o currículo escolar, especialmente nas áreas de educação artística, literatura e história”.

Para verificar se isso ocorre na prática, os auditores do TCE-GO visitaram escolas nos municípios de Cavalcante, São Patrício e Rubiataba. “Fomos a quatro escolas no total, em municípios de maior percentual de população preta e parda, conforme o Censo, e em município de menor percentual. Nessa seleção foram incluídas duas escolas regulares, uma escola indígena da etnia tapuia e uma quilombola”, explica Ana Danin, chefe do Serviço de Fiscalização da Educação e Desenvolvimento Social do TCE-GO.

Ainda de acordo com Ana, a equipe constatou que a educação antirracista é trabalhada por meio de “ações esparsas e pontuais, que não se conectam”. Ela citou como exemplos a celebração do Dia da Consciência Negra e a concentração do conteúdo em apenas algumas disciplinas. Outra fragilidade encontrada foi na formação dos professores. “Segundo relatos dos professores, é muito teórica e não aborda situações do dia a dia nem a forma de transmitir essas informações”, complementa ela.

A equipe também identificou livros didáticos sobre história afro-brasileira e indígena guardados nas escolas, novos e ainda não distribuídos aos alunos, além da falta de acompanhamento da execução das atividades previstas pela Seduc. O volume de recursos fiscalizados foi estimado em R$ 551 milhões, valor correspondente ao previsto nas Leis Orçamentárias Anuais (LOAs) de 2025 e 2026 para a ação de “promover o acesso da população à educação com equidade, qualidade e valorização da inclusão”.

DETERMINAÇÕES
Ao determinar a apresentação de um plano de ação, o TCE-GO estabeleceu que a Seduc informe as medidas que serão adotadas, os responsáveis pela execução e o cronograma de implementação. A decisão inclui nove determinações, entre elas:
– fazer a imediata distribuição aos estudantes dos materiais didáticos já adquiridos;
– revisar os procedimentos de logística e monitoramento de distribuição de materiais didáticos, garantindo que futuras compras sejam acompanhadas de cronograma detalhado de entrega e de mecanismos de confirmação de recebimento;
– implementar mecanismos de acompanhamento capazes de assegurar maior adesão das unidades escolares à educação antirracista;
– reformular a formação continuada dos professores, com orientações práticas sobre como ensinar história e cultura afro-brasileira e indígena em sala de aula.

CONSULTA PÚBLICA
Essa fiscalização é resultado direto de uma consulta pública feita em 2025. Nessa votação, os cidadãos apontaram quais temas gostariam que o tribunal fiscalizasse ao longo deste ano. A

população pôde escolher entre seis áreas: Assistência social, Saúde, Segurança pública, Meio ambiente, Transporte e Educação. Nesta última, o segundo tema mais votado foi “violência nas escolas e saúde mental”, o que motivou o trabalho sobre a educação antirracista.